
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA: TRAÇANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Rosenildo da Costa Pereira¹
Josiele Rodrigues Pereira²

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir política pública de educação do campo no município de Abaetetuba, estado do Pará, na perspectiva de uma proposta de educação, cujo enfoque é o cotidiano e a realidade do contexto do espaço rural local como ponto de partida na efetivação de tal educação e dos saberes a ela associados. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, a partir de uma análise de pesquisa qualitativa. Os estudos teóricos e documentais apontam para a extrema relevância e necessidade da educação do campo para o território rural de Abaetetuba, visando adequar as políticas educacionais locais aos educandos e seus respectivos territórios.

Palavras-chave: Educação do Campo; Política educacional; Território local.

FIELD EDUCATION IN THE CITY OF ABAETETUBA-PA: DESIGNING PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: The article aims to discuss public policy on rural education in the municipality of Abaetetuba, state of Pará, from the perspective of an education proposal, which focuses on the daily life and the reality of the context of the local rural space as a starting point in effecting such education and the knowledge associated with it. This is a bibliographic and documentary study, based on an analysis of qualitative research. Theoretical and documentary studies point to the extreme relevance and necessity of rural education for the rural territory of Abaetetuba, aiming to adapt local educational policies to students and their respective territories.

Keywords: Rural Education; Educational politics; Local territory.

¹ Doutorando em Antropologia, área de concentração Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia pela UFPA. Graduado em Pedagogia pela UFPA. Servidor público do município de Abaetetuba-PA. E-mail: rosenildocosta@bol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8747-5276>

² Pedagoga pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Servidora pública do município de Abaetetuba-PA. E-mail: josielerodrigues25@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6988-3022>

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação do campo vem ganhando grande visibilidade por parte de pesquisadores do Brasil. Várias são as formas de pesquisas no que se refere à questão da educação do campo. Pesquisas essas que valorizam, cada vez mais, as diversidades culturais, econômicas e sociais do cotidiano dos sujeitos do campo.

Pensamos que o desenvolvimento das pesquisas na área da educação do campo veio para mostrar à sociedade, de modo geral, que o campo não está parado, e sim em movimento. Seus sujeitos estão se organizando, se articulando, se relacionando entre si e com a natureza. Neste sentido, há o encontro e o reencontro de culturas, de saberes que precisam ser valorizados nas políticas públicas de educação do município em questão.

O que tem despertado, a nosso ver, o interesse de pesquisadores em conhecer a complexa realidade do cotidiano dos sujeitos do campo, são as várias formas pelas quais esses sujeitos utilizam os rios, a mata, como interagem entre si, como se relacionam com o meio ambiente, enfim. Variando, neste caso, de realidade para realidade, de região para região, de estado para estado e até mesmo de países para países. Mas uma coisa é certa, os povos do campo possuem uma vasta sabedoria sobre os aspectos de sua própria realidade e do meio em que vivem.

Neste sentido, este texto tem como propósito discutir sobre a situação educacional no município de Abaetetuba no que se refere ao desenvolvimento das políticas educacionais públicas, tomando como foco central de investigação a educação do campo ribeirinha do município de Abaetetuba no estado do Pará. Esta educação que se destaca pela complexa “heterogeneidade” presente no cotidiano dos sujeitos ribeirinhos, dos quilombolas, dos agricultores, dos pescadores, dos extrativistas dentre outros. O estudo foi feito com base na abordagem da pesquisa qualitativa. Ou seja, os dados estatísticos coletados por meio da pesquisa de campo da educação do ano letivo de 2009³ do então município. E foram combinados com um referencial teórico na área em estudo dos quais mobilizamos autores como: Caldart (2004), Arroyo (2004), Fernandes (2004), Gohn (2001), Freire (1996), Brito (2005), Hage (2005), entre outros. Os dados foram analisados e os resultados da pesquisa serão apresentados neste texto.

O presente estudo surgiu da necessidade de políticas públicas educacionais que contemplem a diversidade cultural dos sujeitos do campo. Neste caso, os sujeitos do campo, especificamente do município de Abaetetuba no estado do Pará.

Este texto divide-se em duas partes. No primeiro momento mostraremos aspectos da realidade da educação no contexto social do município de Abaetetuba-PA, por meio de dados estatísticos obtidos no ano de 2009 junto a Secretaria Municipal de Educação do município em

³ Dados levantados por ocasião da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba.

questão. No segundo momento refletimos sobre aspectos a serem considerados no debate sobre políticas educacionais voltadas às populações do campo, levando em consideração as peculiaridades dos sujeitos que vivem e habitam na região do campo e por fim faremos algumas considerações sobre a temática em estudo.

2 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA: UM BREVE HISTÓRICO

Considerando a localização do município, vale ressaltar que, a cidade de Abaetetuba está situada na Mesorregião Nordeste do estado do Pará, especificamente na região do Baixo Tocantins, limitando-se geograficamente com os municípios de Barcarena, Mojú, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru.

Com uma extensão de 1.611 km² (IBGE 2007 in MACHADO, 2008) é considerado um dos menores municípios em extensão do Pará. É a sexta cidade mais próxima da Capital, distanciando-se há 60 km em linha reta em relação a Belém. Quanto à população, os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que há 82,07 habitantes por Km² na região Abaetetubense, sendo a população constituída de 133.222 pessoas, das quais 77.792 vivem na zona urbana e 54.430, na área rural em que se encontram uma diversidade de povos, como: os ribeirinhos, os quilombolas, os extrativistas, os agricultores, os pescadores dentre outros.

As atividades econômicas de grande visibilidade na realidade ribeirinha das Ilhas de Abaetetuba são basicamente: a pesca de peixe e de camarão; a caça; a criação de porcos e aves, como pato e galinhas; o extrativismo do açaí, do palmito e do miriti; a agricultura de base familiar; a confecção de artesanatos como crochê, brinquedos de miriti, matapi, paneiros, rasas; a extração de barro para a produção de cerâmicas como o pote, a telha, o tijolo, o alguidar, vasos e outros artefatos para enfeite doméstico; extração de madeira para ser utilizada tanto como lenhas nos fornos das olarias que produzem a cerâmica, como também nas serrarias para a construção de casas, canoas e outros meios de transportes utilizados na região.

Os rios são os principais meios pelos quais os ribeirinhos se deslocam entre as ilhas e para a sede do município. Para fazer esse deslocamento utilizam os meios de transportes, tais como: a canoa, o barco, a rabeta⁴, e mais recentemente o “rabudo”⁵. Também utilizam essa via para praticarem uma de suas principais atividades econômicas, que é a pesca.

Porém, é de suma importância enfatizar que os ribeirinhos moradores dessas ilhas enfrentam uma série de problemas, entre eles está à questão da pirataria que vem se acentuando cada vez mais nessas regiões. A grande quantidade de furos⁶ e igarapés possibilita aos “piratas” uma espécie de

4 Embarcação de madeira com motor e sem cobertura.

5 Motor acoplado na rabeta com eixo externo.

6 Atalho que permite o acesso de um rio ao outro, encurtando o tempo de viagem, do trajeto feito pelo percurso normal.

esconderijo, e assim, não são vistos pelos tripulantes das embarcações antes de ser dada voz ao assalto, deixando-os sem possibilidade de qualquer tipo de defesa.

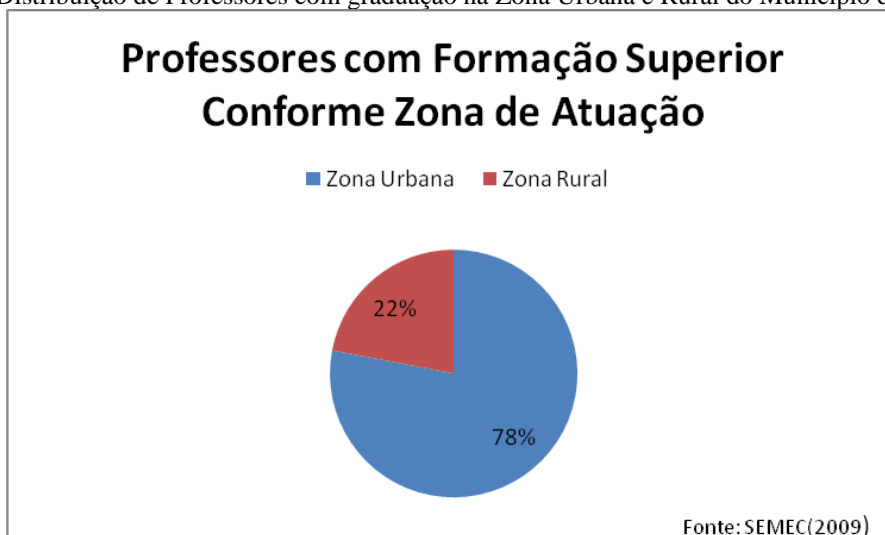
Outro problema é a questão do saneamento básico que ainda não chegou às realidades das ilhas, pois a maioria dos moradores dessas localidades tem sanitário a céu aberto o que contribui para a poluição dos rios, podendo causar sérios riscos a saúde da população local. O atendimento à saúde é precário, pois não há hospitais nos locais, e caso alguém necessite desse serviço, terá que se deslocar até a cidade. Os atendimentos que podem ser feitos na localidade são aplicação de vacinas e os primeiros socorros, caso haja algum tipo de acidente, sendo que esse atendimento é feito pelo agente de saúde.

Segundo Brito (2005, p. 2) ao analisar Furtado (1999) afirma que,

tais dificuldades...foram sempre relegadas a segundo plano, pelo processo de industrialização e com a produção voltada para a exportação e o consumo, gerando assim a exclusão da maioria da população aos recursos indispensáveis para o seu bem-estar.

Em se tratando da educação, o município possuía um número total de 23.994 alunos matriculados na educação infantil e 1ª a 4ª série (5º ano) do ensino fundamental de acordo com os dados estatísticos do ano de 2009, obtidos junto à Secretaria Municipal de Educação do município. Dentre essa quantidade de matrículas efetuadas encontra-se presente uma heterogeneidade de alunos, entre os quais estão: os ribeirinhos, os quilombolas, os agricultores, os pescadores, os filhos da população urbana etc.

Em 2009 a Secretaria de Educação do município contava com 1.371 professores atuando na área educacional, sendo que desse total, 53.24% possui formação em magistério, que neste caso é a formação inicial aceita para atuação na educação pré - escolar e 1ª e 4ª séries iniciais do ensino fundamental. Os 46.75% restantes representam 641 docentes com formação de nível superior que estão distribuídos nas seguintes áreas: pedagogia (187), matemática (42), letras (101), história (24), geografia (29), ciências (28), educação física (03), biologia (02) e (225) com formação não informada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Abaetetuba. O mais interessante de tudo isso é que a maior parte dos profissionais com formação superior trabalha nas escolas da zona urbana do município, conforme os dados:

Figura 01: Distribuição de Professores com graduação na Zona Urbana e Rural do Município de Abaetetuba.

Até o ano de 2009, o município tinha um número razoável de 173 escolas com prédios próprios. Dentre as quais 38 estavam situadas na cidade e as demais se encontravam na área rural, sendo, 89 escolas situadas em ilhas e 46 em centros⁷. Deve-se destacar, porém, os principais problemas evidenciados como a falta de recursos didáticos, precariedade na estrutura física de muitas escolas, currículo em desacordo com a realidade, merenda escolar insuficiente e que não contempla a agricultura familiar, calendário escolar voltado para a valorização da realidade da zona urbana, falta de atendimento prioritário aos educandos com necessidades educativas especiais, dificuldade de acesso às mesmas, dentre outros.

Diante disso, podemos perceber o descaso com a educação do campo no município de Abaetetuba. As políticas de educação têm valorizado somente aos fatores socioculturais de um ideário urbano, como é o caso dos conteúdos programáticos dos livros didáticos, a ausência de bibliotecas, salas de leitura, área de esporte e lazer das programações municipais escolares feitas na cidade, que por sua vez não permitem a participação das escolas da área rural, devido à dificuldade de locomoção para a Sede e até mesmo, considerando a quantidade de profissionais da educação com nível superior atuando na área urbana, que como já foi visto, tem maior proporção na Sede do município, apesar de o número de alunos ser menor que o da área rural, conforme verificaremos no quadro abaixo:

Tabela 01: Números de Professores com e sem graduação e total de alunos nas escolas da área rural e urbana.

Área	Docentes Graduados	Docentes não graduados	Alunos
Urbana	500	334	11465
Rural	141	396	12532
Total	641	730	23997

Fonte: Semec (2009).

⁷ Localidade de zona rural, as chamadas localidades de estradas. Aqui em Abaetetuba os moradores conhecem como centro também.

Portanto, os dados coletados tiveram como objetivo principal mostrar um “diagnóstico” mais preciso acerca de como está a educação no nosso município e, especificamente a educação do campo. Neste sentido, podemos destacar que ela precisa melhorar em todos os aspectos para poder se adequar às reais necessidades dos educandos do campo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE E RESPEITO

Por políticas públicas, entendemos todo processo de construção coletiva aprovada e sancionada pelo poder público, sendo ela a nível municipal, estadual e federal. A partir das considerações de Teixeira (1998, p.1) caracterizadas como:

(...) diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade... São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (Leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam um conjunto integrado de ações e decisões articuladas que, normalmente, envolvem aplicações de recursos públicos e afetam positiva e negativamente a população ou alguns setores sociais.

Entretanto, observando a realidade brasileira tem-se um histórico de construção de políticas educacionais orientadas por agentes externos, com pouca ou nenhuma participação dos sujeitos a quem se destinam essas políticas. Assim, durante anos, as políticas públicas foram feitas por uma minoria que, por sua vez, desconsiderava o campo como espaço de povos com produção cultural e conhecimento.

Esse tipo de política pública caracteriza-se como uma política construída “de cima para baixo”, que segundo Campanhola e Graziano (*apud* MOLINA, 2003, p. 46-47), não se preocupam em “tratar das diferenças entre locais e regiões, mas estão mais voltadas para resultados macroeconômicos, em que o social tem quase sempre caráter coadjuvante” tendo entre as características: um “processo burocrático, sem estímulo à participação”, além de um “método de decisão autoritário”, em que os “atores principais são externos”.

Chamamos a atenção para a seguinte questão: se quem formula, discute e sanciona as políticas públicas é uma classe privilegiada, não sendo assim uma construção feita pelo povo e sim por um pequeno grupo que está no poder para representar toda nação, uma das causas de ausência de políticas públicas para a população campestre pode advir de que a maioria dos políticos represente a classe burguesa, não se interessando assim em formular políticas públicas que beneficie a classe trabalhadora do campo.

É válido ressaltar que a efetivação de políticas públicas realmente do e no campo, configura-se em garantir que todo processo educativo esteja atrelado à realidade de seus sujeitos, e principalmente que a construção das mesmas seja realmente coletiva, havendo um processo de

interação entre poder estatal e sociedade civil, dando oportunidades de diálogo e participação efetiva dos sujeitos do campo. Porém, é necessário salientar que a realidade campesina brasileira nos mostra que somente através de lutas pela busca da efetivação de seus direitos, que se criam e se consolidam Políticas Públicas para o atendimento a essa população.

Para Arroyo (2004, p. 56), a efetivação dessas políticas exige que o campo seja visto além dos interesses privados, que estão inspirados “nas demandas da ‘modernização’ da agricultura e na expansão do agronegócio”, considerando que:

A nova consciência política carrega uma orientação humana nova, que se contrapõe ao esvaziamento humano do agronegócio. Conseqüentemente coloca as bases de um trato novo da educação. Introduce uma nova lógica para a formulação de políticas públicas que fortaleçam os valores, a cultura, os saberes e as formas de produção e de sociabilidade que são a herança mais rica dos povos do campo. O reconhecimento dessa nova dinâmica humana que se revela no campo poderá ser o alicerce de novas políticas educativas (ARROYO, 2004, p. 57).

Assim, com o advento da consciência de direitos por parte dos sujeitos dos movimentos do campo, temos outro conceito de Política Pública, isto é, uma política de “baixo para cima”, evidenciada por Campanhola e Graziano (*apud* MOLINA 2003, p. 46-47) como aquela em que se consideram “as diferenças econômicas e sociais entre as diferentes regiões e localidades, dando prioridade aos problemas locais e tendo como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas tanto intra como inter-regionais”, evidenciando entre outras ações, a negociação e a participação social, bem como o “compromisso das comunidades locais para realizar e acompanhar as ações propostas”.

Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 49) também trazem essas considerações e entendem como política pública “os conjuntos de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado/Sociedade.

Portanto, ao considerarmos a educação do campo, entendemos que a mesma precisa se entrelaçar com as características do próprio campo, de seus educandos, bem como, de seus educadores, sendo feita, principalmente com eles e por eles, pensando a educação numa perspectiva de fortalecimento das identidades culturais de seus sujeitos, todavia, fazer acontecer realmente à educação do campo na realidade brasileira, é antes de qualquer coisa, considerar a responsabilidade do Estado em promover a efetivação de Políticas Públicas, tão necessárias ao processo de lutas que vem se desenrolando nos espaços campesinos, em cenário nacional, ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, podemos observar um avanço muito grande no que se refere ao contexto do processo educacional brasileiro, em especial na área da educação do campo, particularmente durante os anos de 1996 a 2016, como destacam Rocha, Passos e Carvalho (s./d., p. 2)

Um importante aceno já dado pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96 e fortalecida com uma outra importante conquista recente para o conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas, que foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Esse instrumento de luta, junto as ações de diversos movimento sociais e sindicais do campo vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na esfera do governo federal.

Acrescentamos ainda como políticas públicas o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) criado por meio da Portaria nº 10/98, em 16 de abril de 1998, O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), criado em 2007 e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), Criado pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 (SANTOS; SILVA, 2016).

Essas políticas públicas foram criadas porque os sujeitos coletivos do campo pressionaram a sociedade brasileira no sentido de evidenciar que no campo existe toda uma multiplicidade de culturas, saberes e relações interpessoais, colocando esses territórios cada vez mais em constante movimento no cenário nacional, exigindo políticas específicas e imediatas por parte das esferas públicas de governo.

O campo representa para seus sujeitos um local de trabalho e de vivência coletiva. Muitas famílias produzem sua existência material nesses espaços, mas o campo é mais que isso, como bem destaca Fernandes (2004, p. 137):

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação.

Neste contexto, o autor deixa claro que no campo há vidas, há diversidade cultural e social. Se há vidas nesse espaço, evidentemente, que esses sujeitos têm direitos e entre eles, está a educação. Tanto é que a própria Constituição Federal de 1988 afirma em seu art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) estabelece que:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodológicos apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação a natureza do trabalho na zona rural;

Dessa forma, podemos perceber que se o governo local valorizar as conquistas já asseguradas nos marcos legais, como citamos acima, existem bases para a constituição de propostas curriculares que atendam a especificidade de cada região conforme a época de colheita, produção e de trabalho da diversidade de povos estará, levando em consideração as particularidades culturais dessas populações.

Em se tratando especificamente de uma legislação para educação do campo no Brasil, isto é, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e ressaltando principalmente as particularidades do processo de trabalho e produção dos povos do campo, cabe também aos governos, respeitando os direitos dessa população, partir para a efetivação das leis elaboradas ao campo, no sentido de formular práticas pedagógicas curriculares relacionadas ao contexto em que estão inseridas.

Nesse sentido, sendo os sujeitos do campo caracterizados como sujeitos de direitos, e sendo a educação pautada entre esses direitos, é necessário que seja garantido o acesso desse povo a uma educação pública adequada, de qualidade e verdadeiramente, do campo. No entanto, apesar de existirem as bases legais que sustentam a construção de propostas pedagógicas voltadas às especificidades das populações do campo, ainda permanece uma dívida histórica com esses povos, contrariando a própria legislação que se apresenta como um campo de disputa.

Entende-se por educação do campo todo processo educativo que leve em consideração a complexa realidade dos sujeitos que moram no campo. Nesse caso, seu cotidiano; o seu modo de viver e de se relacionar com seu ambiente; sua identidade cultural e sua diversidade sociocultural devem ganhar visibilidade no interior do espaço da sala de aula.

Segundo Fernandes (2004, p. 141-142):

A educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda, a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

No sentido de aprofundar ainda mais o que é educação do campo afirma Hage (2005, p.2):

A educação do campo se constitui numa ação “emancipatória”- incentiva os sujeitos do campo a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem,

do trabalho e da cultura. Emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades.

Sendo assim, a educação do campo está preocupada com a valorização dos aspectos presentes na vida cotidiana dos sujeitos que vivem e habitam na região do campo. Contudo, não se trata de dissociar o conhecimento presente na realidade urbana do rural, mas sim valorizar toda e qualquer forma de saber existente na realidade brasileira. Valorizar as experiências dos filhos dos pescadores, dos agricultores, as experiências dos filhos dos moradores da zona urbana, pois é esse tipo de educação do campo que se defende para o campo. Uma educação que perpassa pelo respeito de toda complexidade sociocultural dos diferentes educandos, pois:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos ... o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1999, p. 33).

Quando se discute educação do campo, esta não se limita apenas a conteúdo e forma, pois vincula-se a um projeto de campo e de sociedade. E defende o direito à diferença nos processos educativos, inclusive para garantir a sua universalidade, mas uma universalidade que respeite as populações do campo para que a mesma não perca o vínculo com a terra, com sua cultura, com seus costumes, e tanto outros aspectos específicos de sua realidade.

Compreende-se, assim que o trabalhador rural não é um ser passivo de conhecimento, pois em se tratando do campo esse trabalhador tem uma experiência brilhante de longo tempo de utilização do solo, da terra para o seu processo de produção de bens de consumo. Resta à escola analisar que todos os educandos, por mais humildes que sejam, trazem consigo um vasto conhecimento, apreendido tanto na relação diária com seus membros familiares, como com a comunidade em que estão inseridos, e assim garantir o que está estabelecido no §2º do Art. 1º da LDB, ou seja, que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Analisando este contexto, a escola tem que estar atenta para a aceitação do novo, da bagagem cultural que o aluno traz da realidade em que vive que precisa ser evidentemente, trazida para a prática educativa da sala de aula, utilizando toda essa bagagem cultural como conteúdo pedagógico do processo de ensino aprendizagem.

Muitos estudos, na área da educação, têm mostrado que o conhecimento é construído de forma coletiva, da interação dos diversos seres em sociedade. Na interação com o outro, ao mesmo tempo em que aprendemos, nós também ensinamos algo a alguém. Neste viés, entendemos que o conhecimento está distribuído em toda a complexidade do cotidiano da sociedade. É necessário desconstruir a ideia de que só se aprende no interior do espaço da sala de aula.

Acreditamos que os seres humanos aprendem muito mais fora da escola do que na própria instituição escolar. A escola geralmente ensina a ler, a escrever e contar números e muitas vezes nega os valores e identidades de seus sujeitos. Conforme explicita Caldart (2004, p. 97), "é bom ter presente que a pedagogia que forma novos sujeitos sociais, e que educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e envolve a vida como um todo".

Assim, também detalha Gohn (2001, p. 17) ao considerar que:

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de Educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

Concordamos plenamente com a argumentação de Gohn quando se refere que o processo educativo se constrói além das quatro paredes da sala de aula. Neste mesmo pensamento afirma Arroyo (2004, p.77-78) "A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana".

A partir de 2010 às políticas públicas começaram, mesmo que timidamente a serem implementadas no contexto local, como caracterizado por Pereira, Pureza e Hage (2017, p. 380) ao considerarem que:

Em nossos levantamentos, identificamos o início de implementação de ações de Educação do Campo enquanto política pública no município de Abaetetuba a partir do ano de 2010 com a criação de uma Coordenação específica dentro da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) para atender as demandas específicas das populações do campo local. Trata-se da Coordenação de Educação do Campo, criada em meio a diversas discussões realizadas no âmbito do Fórum Regional de Educação do Campo - Tocantina II (FORECAT), que reúne os seguintes atores e coletivos sociais: Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) Sub-Sede Abaetetuba, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA); Instituições de Ensino Superior como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA – Campus de Abaetetuba), Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus de Abaetetuba e representantes do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: Ênfase nos Governos Municipais e Educação do Campo (GPESEED-UFPA).

Como se percebe a educação do campo vem sendo construída pelos próprios sujeitos trabalhadores do campo tanto a nível nacional como local. São esses sujeitos ribeirinhos, quilombolas, dentre outros, que tem refletido e exigido respeito das esferas públicas de governo, com exigência de imediata construção de uma escola e de um currículo que respeite suas identidades, culturas, modos de produção e trabalho.

A Coordenação de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba tem possibilitado, desde sua criação até hoje, um diálogo estreito com às escolas e comunidades de territórios do campo, discutindo currículo, levando formação específica para professores e sujeitos dos locais com foco na diversidade presente no território.

Em 2015, outro marco importante em termos de políticas públicas locais foi desenhado, quando da criação do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba em que se encontra a educação do campo como área a ser discutida, ao passo que:

A educação do campo no território abaetetubense necessita de políticas públicas específicas, pois seu território é composto em sua maioria por estes povos. É necessário uma proposta educacional emancipadora que tenha como foco um currículo voltado para o reconhecimento da identidade das escolas do campo, tendo como finalidade oferecer uma educação específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino aprendizagem (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA, 2015, p. 58).

Assim, percebe-se que aos poucos a educação do campo vem se tornando realidade no município de Abaetetuba, primeiro pela criação da Coordenação de Educação do Campo e posteriormente com a construção do Plano Municipal de Educação que destaca a importante especificidade da educação para as populações do campo em contexto local. Esperamos que os retrocessos educacionais da atualidade não joguem por terra essas conquistas dos trabalhadores do campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em apreço nos mostrou que o maior número de educandos está concentrado na região do campo do município em questão. As políticas de educação são formuladas ainda com base nos aspectos inerentes as grandes cidades brasileiras o que desconsidera toda a complexa realidade dos diferentes educandos presentes no universo ribeirinho amazônico, e mais precisamente os sujeitos do campo abaetetubenses do estado do Pará. Analisando a educação no então município podemos perceber que a mesma parece estar longe de ser verdadeiramente efetivada nesta realidade do espaço paraense.

A educação do campo precisa ser efetivada por meio da implementação de políticas educacionais, levando em consideração as características do próprio campo, dos seus sujeitos, de suas culturas, de seus modos de relacionar-se com a terra, com a mata, com os rios entre outros aspectos que fazem parte do cotidiano dos seres que vivem e revivem neste espaço amazônico paraense.

Assim, teremos uma política educacional embasada em que vem afirmando Paulo Freire que devemos ensinar partindo da realidade dos educandos, pois essa política terá como objetivo ratificar

a identidade cultural do cotidiano dos discentes do campo e, mais especificamente do campo ribeirinho do município de Abaetetuba, localizado no Estado do Pará.

Não se quer uma educação do campo que exclua a escola do processo educativo, mas que a mesma atente para os sujeitos do campo, atuando de maneira em que insiram em suas ações, mecanismos de resistência ao modelo de educação excludente, que nega o modo de vida das populações do campo.

A atualidade da educação do campo em Abaetetuba tem evoluído, ao longo dos anos, pois os movimentos sociais locais conseguiram, depois de um longo debate, que fosse criada uma Coordenação específica para atender os anseios e dialogar com às escolas e comunidades locais. Ouvindo demandas e propondo alternativas de enfrentamento aos obstáculos vivenciados por professores alunos, pais e comunidades camponesas.

Outra alteração significativa na educação do campo local foi a criação do Plano Municipal de Educação que trouxe tal educação como um campo a merecer destaque em termos de políticas públicas educacionais. Plano este discutido e dialogado com os movimentos sociais do campo, professores, alunos e sociedade civil local. Foi um plano construído e aprovado por todas as demandas presentes, incluindo os movimentos sociais de representatividade das populações do campo.

Nestes últimos anos, temos assistido o quão a educação do campo tem ganhado destaque nas políticas educacionais locais. Mas precisamos avançar ainda mais. Esperamos que ela continue e que os desmonte da educação não interrompa a efetivação de políticas educacionais voltadas a tal especificidade.

REFERÊNCIAS

ABAETETURA (PA). Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba (SEMEC). **Relatório de dados**, 2009.

ABAETETURA (PA). **Plano Municipal de Educação de Abaetetuba**: planejando a próxima década, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs). **Por Uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de projeto de educação do campo. Brasília, DF, 2004, p. 54-62.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/6**. Brasília (DF), 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRITO, Diselma Marinho. A Educação rural no município de Abaetetuba- PA: As especificidades das turmas multisseriadas. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL NORTE E NORDESTE*, 17., 2005, Belém, PA. Educação, Ciência e Desenvolvimento Social. **Anais [...]**. Belém, PA: 2005.

CALDART, Roseli. Salette. A escola do campo em movimento. *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 87-131.

FERNANDES. Bernardo Mançano; CERIOLI. Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. “Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo” (Texto preparatório). *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 19-63.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de Uma Caminhada. *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 134-145.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7ª Ed. São Paulo: Editora: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, E. *et al.* **A Educação do Campo**: um desafio dos assentamentos rurais do Ceará. Projeto de Pesquisa (1999).

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HAGE, Salomão Mufarrej. A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo. *In: ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO DO NORDESTE PARAENSE*, 1., 2005. Bragança, PA. **Anais [...]**. Bragança, PA; 2005

MACHADO, Jorge. **O Município de Abaetetuba**: Geografia Física e dados estatísticos. Abaetetuba: Alquimia, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. 282 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PEREIRA, Rosenildo da Costa; PUREZA, Antônio Marcos Santos; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 364-388, 2017.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo**: um olhar panorâmico. Texto Base. São Paulo, s./d., p.1-11. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/educacao-do-campo-um-olhar-panoramico.pdf/view>. Acesso em: 01/10/2020.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo. **Políticas públicas no município** – dificuldades e possibilidades da municipalização, CONTAG, 1998.

*Submetido em: 05 de julho de 2020.
Aprovado em: 28 de setembro de 2020.*